

Capítulo 6

Sujeito e Práxis: tensão, conflito e complexidade na discussão do planejamento no campo da Saúde Coletiva

Washington Luiz Abreu de Jesus
Marluce Maria Araújo Assis

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

JESUS, WLA., and ASSIS, MMA., orgs. Sujeito e Práxis: tensão, conflito e complexidade na discussão do planejamento no campo da Saúde Coletiva. In: *Desafios do planejamento na construção do SUS* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 125-147. ISBN 978-85-232-1176-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Sujeito e Práxis: tensão, conflito e complexidade na discussão do planejamento no campo da Saúde Coletiva¹

Washington Luiz Abreu de Jesus

Marluce Maria Araújo Assis

Se a liberdade é que faz o homem, e o homem é o resultado de muitas determinações, o homem torna-se homem num processo de descoberta dessas determinações e de ação sobre elas. Esse se tornar homem significa que ele é essencialmente possibilidade, projeto. Poder tornar-se homem passa, portanto, pelo conhecimento de suas contradições e pela superação de suas próprias determinações.

Gadotti, 2001.

INTRODUÇÃO

Para dar suporte teórico ao trabalho e a esse capítulo, utilizamo-nos das concepções de Matus (1993) e de Assis (1998) para definir o sujeito, enriquecidas pela visão de Merhy (2004). Também adotamos as concepções de sujeito de Testa (1997) e G. Campos (1992, 1994, 2000), compreendendo que esses autores nos auxiliam na compreensão do objeto em questão.

Para discutir a práxis, resgatamos as visões de Gramsci (1991) e Gadotti (2001), contextualizando-as com os trabalhos de Gallo (1995) e R. Campos (2003), pois entendemos que esses estudos buscaram um significativo aprofundamento teórico-conceitual sobre esta questão no âmbito do planejamento em saúde.

1 Agradecimento dos autores a Sisse Figueredo de Santana e Chaidir Gonçalves Andrade pelas contribuições na revisão final do texto deste capítulo.



No bojo da discussão do planejamento enquanto uma práxis relacionada aos sujeitos, apreendemos as concepções de tensão, conflito e complexidade. Para embasá-las, utilizamos Gramsci (1991), entendendo que as relações que se estabelecem entre os sujeitos são sempre dialéticas, sendo, portanto, tensas, conflitantes e complexas.

Para justificar a articulação entre sujeito e práxis no campo da Saúde Coletiva, nos inspiramos no trabalho de Minayo (2001), que discute as concepções acerca das relações entre esses elementos e a estrutura da sociedade. Com base nessa autora, resgata-se o sujeito como necessário, como ator das reformas e como partícipe das mesmas, para empreendê-las ou para desviá-las.

Como sujeito e práxis são um híbrido indissociável, lançamos mão da *Pedagogia da libertação* de Freire (1987, 1996), cujos propósitos coadunam com aquilo que já discutimos nas outras categorias – a construção da autonomia dos sujeitos; e da *Pedagogia da práxis* de Gadotti, que, inspirada na dialética, institui-se como uma ação para a transformação, sem esconder o conflito, a contradição. Compreendemos que as propostas teórico-metodológicas apresentadas para o planejamento no campo da Saúde Coletiva podem ter sido influenciadas pelos ideais libertários dessa “Pedagogia Transformadora”.

Para dar sustentação a essa análise, procuramos desenvolver uma proposta assentada na Pedagogia, entendendo que a construção dos sujeitos é um movimento determinado pedagogicamente. Eles podem se constituir como alienados ou livres a partir de uma intervenção pedagógica cuja luta tem como pano de fundo a defesa da vida: para a manutenção do *status quo*, ou para a transformação social.

Por fim, estabelecemos um *link* entre a teoria e a prática, discutindo os sujeitos do planejamento à luz da produção científica da área de PP&G em saúde, produzida e divulgada em periódicos de Saúde Coletiva no período 1990-2010.

DEFINIÇÃO DOS TERMOS: O MOVIMENTO DE CONFORMAÇÃO TEÓRICA

Aqui, procuramos estabelecer uma aproximação com os termos que pretendemos trabalhar, partindo das definições de sujeito/ator social, identificando suas diferentes formas de apresentação, até as concepções da práxis, resgatando os conceitos já explicitados anteriormente, ampliados com a visão de teóricos da área da Educação e da Saúde Coletiva. Discutimos também os conceitos de tensão, conflito e complexidade, unidades importantes para a composição da análise.

Preliminarmente, tomaremos as considerações de Matus (1993) acerca dos atores sociais, tendo em vista ter sido ele o idealizador do Planejamento Estratégico Situacional, elemento primordial na inserção da discussão do sujeito no campo do planejamento em saúde. Para esse autor, não há distinção entre sujeito e ator, ao contrário, o sujeito é incorporado pelo conceito de ator – uma personalidade, organização ou agrupamento humano que, de forma estável ou transitória, tem a capacidade de acumular força, desenvolver interesses e necessidades, e atuar produzindo fatos na situação.

Misoczky (2002), ao analisar o pensamento de Matus, considera que o ator social deve preencher alguns requisitos para se instituir como tal. São eles: possuir ação criativa; ter um projeto que orienta sua ação; ter capacidade de acumular e (des) acumular forças; ser capaz de produzir novos fatos; participar do jogo social; ser organizado; ter presença forte no campo social; e apresentar-se como um ator-pessoa e como um ator-grupo.

Assis (1998) utiliza os termos: sujeitos sociais, sujeitos coletivos, atores sociais e agentes sociais com o mesmo significado, mesclados pelas ideias de Sader (1991) e Matus (1993). Para a autora, esses são portadores de projetos (ainda que não sejam explícitos), e que a ação humana é uma categoria situacional, suscetível a intencionalidade ou reflexão dos distintos atores que se relacionam na produção dessa ação. É na organização institucional que são produzidos os sujeitos coletivos/sociais, sua identidade e suas práticas, seus interesses e vontades, constituindo-se em espaços de



luta em defesa de um projeto (pela manutenção da ordem ou transformação social).

Testa (1997) parte da concepção de que o sujeito da vida se transforma em epistêmico, discorrendo sobre as categorias da determinação e da constituição, para discutir os sentidos e os significados hermenêuticos da relação ciência/vida.

Alcança o sujeito avaliador, cuja relação com a ciência lhe permite questionar, avaliar, transformar-se internamente com a ruptura epistemológica estabelecida com o senso comum. O sujeito avaliador é aquele que protagoniza a autotransformação por meio do conhecimento. Alcança também o sujeito público, entendido como aquele que, de posse do conhecimento, divulga esse conhecimento por meio da linguagem e constrói a intervenção sobre as práticas. A reconstituição das práticas e sua aplicação conduzem o sujeito público a uma transformação externa, validando-se e se estabelecendo como um sujeito da vida reconstituído, cujo conhecimento promove mudanças significativas nas práticas cotidianas, criando um “saber fazer” e um “saber como” que pode ajudar na transformação da sociedade.

Para Merhy (2004), os sujeitos são protagonistas de processos de transformação, por meio da produção do conhecimento, da ação e da construção intencional de um saber que dê sentido para agir em determinados campos da atividade humana. Para ele, os sujeitos podem ser interessados, implicados, militantes, políticos, pedagógicos, técnicos e epistêmicos. Revelam-se a partir do seu próprio agir mediante os desafios que se constituem no cenário protagônico em que atuam e de acordo com as posições que ocupam nesse cenário, seja individual ou coletiva, particular ou pública.

As concepções apresentadas por Merhy (2004) ampliam as ideias apresentadas por Testa (1994), que discorre de forma instigante sobre a produção do sujeito no campo do conhecimento. Para Testa, o sujeito é um produto do conhecimento, construído na interação entre as práticas da vida cotidiana e a positivação das ciências. O sujeito de Testa se desenvolve ao longo da história e se transforma a partir do encontro com as ciências, estabelecendo com ela momentos de objetivação e subjetivação, numa dupla transformação (interna e externa) do seu conhecimento.

Campos contemporiza sobre a questão do sujeito no momento em que desenvolve o “método da roda”. Apresenta como um dos eixos de conformação desse método o fortalecimento dos sujeitos e a construção da democracia institucional, engendrados por um elemento denominado “fator Paidéia”². Esse elemento seria ativado na ampliação da capacidade de análise e de intervenção dos sujeitos e dos grupos, produzindo um *status* democrático de reforma social, resultado da práxis e do compartilhamento de poder.

O sujeito de G. Campos (2000) é um sujeito capaz, imbuído da habilidade e da potência para compor consensos, alianças e implementar projetos. É um sujeito ético, capaz de instituir compromissos e de enfrentar a questão da dominação com perspicácia e altruísmo. Um sujeito materializado nas relações de trabalho, dos desejos e das necessidades, capaz de produzir valores de uso. Um sujeito da práxis, misturado com o sujeito do gozo ou ao sujeito do prazer.

E por falar em práxis, passamos a discuti-la agora como o outro elemento constitutivo da análise. Partimos do resgate das considerações de Gramsci (1991) sobre a filosofia da práxis. Para ele, “[...] a filosofia da práxis só pode se apresentar em uma atitude polêmica e crítica, como superação de uma maneira de pensar precedente e de um pensamento concreto existente”. (GRAMSCI, 1991) É uma contraposição ao senso comum, entendido não como um conhecimento comum, mas como um *status* comum de interpretação filosófica, assentada sob as concepções paradigmáticas da hegemonia.

A filosofia da práxis é uma filosofia de libertação, que dá suporte às iniciativas de luta das sociedades. Um movimento dialético, constituído na base do questionamento do novo sobre o velho. No questionamento da manutenção da ordem.

Gramsci (1991) esclarece que existe uma relação entre hegemonia e pedagogia, afirmando que

2 Paidéia é uma noção originária da Grécia Clássica e indica formação integral do ser humano. A gestão e as práticas profissionais têm a capacidade de modificar os padrões dominantes de subjetividade e, portanto, alterar o modo de ser dos sujeitos. Tem, portanto um potencial pedagógico e terapêutico, seja para criar dependência e impotência, seja para ampliar a capacidade de análise e de intervenção das pessoas e dos coletivos. (CAMPOS, G., 2000)



[...] toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais [...]. O princípio teórico-prático da hegemonia tem importância gnosiológica³, psicológica e moral.

A inversão da práxis se revela na contraditória hegemonização ideológica resultante de uma pedagogia alienante.

Partindo do princípio que toda relação de hegemonia é pedagógica e que uma pedagogia alienante se traduz na inversão da práxis, nos aproximamos de Gadotti (2001) para discutir uma proposta de contra-hegemonia cujo ideal se assenta na pedagogia da práxis. Verdadeiramente, por ser contra-hegemônica é que se intitula *Pedagogia da práxis*.

Gadotti (2001) define a práxis como o resultado da atuação histórica dos indivíduos, identificada a partir do trabalho do homem sobre as contradições que se apresentam mediante o seu processo de formação integral, e para que o indivíduo seja reconhecido como homem é preciso que ele seja livre, um sujeito em situação de plena liberdade, atuando sobre sua realidade com altivez e capacidade de intervenção. Trata-se de um sujeito livre e, portanto, propagador dos ideais de liberdade.

A *Pedagogia da práxis* é a pedagogia da liberdade, que, aliada à Pedagogia da Libertação se configura como a Pedagogia da Transformação, um *status* re-significado de pedagogia para a construção de sujeitos e de coletivos. É uma pedagogia inspirada no conflito e na contradição dialética da vida, na ação transformadora e na capacidade de intervir e aprender com a realidade em processo. A Pedagogia da Transformação, portanto, não se esgota.

Gallo (1995) discute a práxis como uma categoria analítica do planejamento em saúde. Para ele, a práxis é entendida como uma atividade voltada para o desenvolvimento autônomo e emancipador do outro, e, conseqüentemente, de si mesmo e da sociedade – uma aproximação entre

3 Gnosiológico se refere à teoria geral do conhecimento humano, voltada para uma reflexão em torno da origem, natureza e limites do ato cognitivo, frequentemente apontando distorções e condicionamentos subjetivos em um ponto de vista tendente ao idealismo, ou sua precisão e veracidade objetivas, em uma perspectiva realista. (GALLO, 1995)

as realidades subjetiva e objetiva, compreendidas historicamente em momentos pretéritos e momentos presentes.

Os momentos pretéritos, segundo ele, traduzem os acúmulos, as motivações e as indagações que levam o sujeito a se questionar e a questionar suas realidades. Os momentos presentes são aqueles em que, na consolidação de uma práxis construtivista⁴, se constroem subsídios para responder às indagações da práxis pretérita⁵.

Toda práxis, segundo Gallo (1995) se constrói por meio do enfrentamento e da disputa pela hegemonia, travada pelos diversos atores e diversos discursos. A Reforma Sanitária Brasileira e sua trajetória de construção político-ideológica, na concepção do autor, se constituíram num movimento paradoxal de construção de consciência sanitária e luta contra a hegemonia econômica, revelando a necessidade de se discutir, no plano das ideias, as contradições entre os ideais de transformação e os conservadores; entre a mudança e a manutenção da ordem; entre a inovação tecnológica e a renovação da prática.

Para finalizar seu trabalho, Gallo discorre sobre a razão, o planejamento, os mitos e a emancipação como elementos de construção da práxis na área de saúde. Parte do princípio que o planejamento em saúde se constitui, em parte, como instrumento de conservação da ordem social, sendo, conseqüentemente, incapaz de emancipar, dada a sua racionalidade sistêmica e seu caráter intrinsecamente conservador, o que não se pode confundir com um suposto caráter reacionário.

Os mitos do desenvolvimento, da neutralidade científica, da teleologia redentora e da política como ciência funcionam como o arcabouço constitutivo do planejamento, na visão do autor. Mesmo quando ideologizado, o planejamento não se transforma em política, apenas assume um papel político, capaz de estabelecer processos organizativos para a organização dos modos de produção, das forças produtivas e das relações de produção, instrumentos de dominação e de alienação.

4 Práxis construtivista é o resultado das reflexões sobre a práxis pretérita. O momento em que, subsidiado pelos seus pressupostos teóricos, um pesquisador delinea seus questionamentos sobre o seu objeto na busca de uma compreensão objetiva. (GALLO, 1995)

5 Práxis pretérita nada mais é do que uma situação histórica anterior e específica, geradora de um determinado problema, que aguça e inquieta um pesquisador para aproximação a um objeto. (GALLO, 1995)



R. Campos (2003) apresenta a práxis como uma possibilidade para se sair da armadilha da técnica, resgatando a noção de projeto como uma intenção para a transformação do real, levando em consideração as condições reais e animando a realidade.

O planejamento pode ser uma técnica quando se preocupa da elaboração de planos, um formato técnico já não nos basta para estimularmos os grupos humanos a formular projetos, e isso porque nem os fins nem os meios podem ser estabelecidos com certeza com antecedência, nem há saber prévio que possa resolver essa questão. (CAMPOS, R., 2003, p. 97)

A autora utiliza as concepções de Castoriadis (1986) para definir práxis como uma atividade consciente, que só pode existir na lucidez. Na práxis, a atividade precede a elucidação, tendo como última instância a transformação daquilo que está dado. O objeto próprio da práxis, portanto, é o novo. Planejar mudanças para os serviços de saúde nada mais é que interferir e mobilizar os valores de uso dos sujeitos, o que necessariamente conduziria os planejadores a um diálogo necessário com os saberes da “clínica”.

A práxis do planejamento na área de saúde, portanto, deve ser um dispositivo mobilizador dos sujeitos na busca da consolidação da “clínica” como uma prática transformadora, que produza mudanças concretas nas condições de vida das pessoas. Um desafio, já que os sujeitos planejadores, na essência, têm sua formação alicerçada na fragmentação tecnocrática, afastada das questões advindas das modelagens clínicas e da reflexão sobre a sua própria práxis. (CAMPOS, R., 2003)

Minayo (2001), ao refletir sobre o determinismo e o protagonismo histórico dos sujeitos nas estruturas, apresenta a dimensão da práxis como definidora do processo de transformação da realidade. Os sujeitos, constituídos a partir da interação entre a práxis, a natureza e a sociedade, estabelecem sua autonomia no mundo da vida por meio de trocas intersubjetivas que se concretizam no universo da complexidade social. O cuidado que devemos ter, entretanto, segundo a autora, é não nos deixarmos iludir pela falsa totalidade estabelecida pela práxis objetivada, consequência da hegemônica de práticas, que, em linhas gerais, contribuem substancialmente para o apagamento dos sujeitos, um fenômeno social de alienação e de aprisionamento da consciência.

Para finalizar essa discussão, retornamos a Gramsci (1991) para definir as relações entre os sujeitos e a práxis como tensas, conflituosas e complexas. Já discutimos a concepção trazida por R. Campos (2003) que trata da tensão-contradição do planejamento no tocante às intencionalidades declaradas das organizações e os desejos daqueles que as constituem.

Gramsci (1991) define as relações humanas como complexas por natureza, se desenvolvendo no espaço tenso e contraditório das lutas pela hegemonia. Uma complexidade pedagógica relacionada a uma dialética intelectual-massa, ou seja, uma contradição entre o saber científico e o saber comum; entre o poder ideológico e o poder empírico; entre dominadores e dominados.

O espaço da dialética é o espaço das disputas entre os sujeitos. É o espaço da reafirmação da práxis, do fortalecimento da contra-hegemonia.

Trabalhar a questão do sujeito com foco sobre a práxis, portanto, nos conduz ao entendimento que a complexidade do sujeito e de suas relações, em que pesem todos os elementos que a permeiam, é uma possibilidade a ser compreendida se, e somente se, nos abirmos para o fato de que o sujeito é um ser subjetivo, que possui uma realidade subjetiva e vive uma subjetividade tal que, se não for decifrada, levará qualquer projeto ao ocaso. A pedagogia aplicada sobre esse sujeito deve ser adequada para produzir nele a transformação suficiente para que ele perceba seu papel enquanto sujeito da práxis na luta em defesa da vida.

Constituir sujeitos é um objetivo a ser perseguido por aqueles que acreditam que as libertações ideológica, filosófica e política são o caminho para a construção de uma sociedade justa e constituída por todos e para todos.

A CONSTRUÇÃO PEDAGÓGICA DO SUJEITO SOCIAL NO CAMPO DO PLANEJAMENTO EM SAÚDE: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE TEÓRICA

Diante de nós se põe um grande desafio: trabalhar a questão do sujeito no universo do planejamento em saúde, sem incorrer na obviedade já instituída. Debruçamo-nos em leituras sobre o sujeito no campo da Saúde Coletiva e nos deparamos com discussões epistemológicas, filosóficas e



ideológicas, cujos objetivos concretos refletem, no nosso entendimento, uma discussão consistente, principalmente nos trabalhos de Testa (1994), G. Campos (2000) e Merhy (2004).

Os trabalhos desses autores conformaram o ponto de partida adotado por nós para desenvolver a proposta analítica desse capítulo. Entretanto, precisávamos de algo mais. Precisávamos do resgate da discussão do poder, feita no capítulo anterior, aliando a dimensão epistemológica, ideológica e filosófica, dada por Testa (1994); a dimensão subjetiva, de Foucault (2003); a dimensão técnica/tecnológica, de Merhy (2004); e a dimensão política, de G. Campos (1992, 1994, 2000). Para conformar as dimensões da práxis re-significada faltava-nos, entretanto, a dimensão da pedagogia, já que entendemos que construir sujeitos é uma prática eminentemente pedagógica.

Buscamos, então, alicerçar nossa necessidade na leitura de alguns trabalhos de Paulo Freire, o mestre pensador. Descobrimos, na *Pedagogia do oprimido* (1987), o quarto elemento: o pedagógico. Esse elemento, ainda incompleto, era o mote para compreender as outras dimensões, sintetizadas na dimensão da práxis.

Mas percebemos que mesmo tendo encontrado o quarto elemento, ainda estávamos com uma dívida com a totalidade: onde estaria o ponto de conexão entre essa dimensão pedagógica e a dimensão da práxis re-significada? Havíamos encontrado a Pedagogia da Libertação. Precisávamos agora encontrar a *Pedagogia da práxis*.

E encontramos, pelo menos, neste momento provisório.

No trabalho de Gadotti (2001), intitulado *Pedagogia da práxis*, encontramos o complemento para o quarto elemento, que foi desenvolvido pelo autor a partir de discussões com o mestre pensador Paulo Freire, durante o seu exílio, na Europa.

Estava posto o ponto de conexão, aquilo que nos possibilitaria avançar na nossa caminhada com um modelo ampliado de análise que pudesse dar conta dessa questão com maior completude. Agora era só encarar o desafio, buscando a compreensão do sujeito a partir de uma concepção pedagogicamente construída, em cujas bases se assentam toda a visão da

sociedade: a busca de uma totalidade concreta, explicitada no quadro a seguir (Quadro 01).

QUADRO 01: Uma análise pedagógica da constituição dos sujeitos

PEDAGOGIA DA ALIENAÇÃO	PEDAGOGIA DA LIBERTAÇÃO
PRÁTICAS, ESTRUTURAS E FORMAÇÕES CONSERVADORAS	PRÁTICAS TRANSFORMADORAS, ESTRUTURAS REVOLUCIONÁRIAS E FORMAÇÕES LIBERTADORAS
<i>SUJEITOS DA ALIENAÇÃO</i>	<i>SUJEITOS DA PRÁXIS</i>
<i>SUJEITOS DA OPRESSÃO</i>	<i>SUJEITOS DA LIBERTAÇÃO</i>
UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DA FORÇA, DO SILENCIAMENTO, DA PRESCRIÇÃO E DO PODER	LIBERTAÇÃO PELA TÉCNICA, PELA PRÁTICA SOCIAL E PELA SUPERAÇÃO DA CONTRADIÇÃO OPRESSORES-OPRIMIDOS
SUJEITOS ALIENADOS	SUJEITOS LIVRES
TOTALIDADE CONCRETA	
LUTA EM DEFESA DA VIDA	
IDEAL CONSERVADOR	IDEAL LIBERTÁRIO
AÇÃO DOMINADORA	AÇÃO LIBERTADORA
CONCEPÇÃO ANTIDIALÉTICA	CONCEPÇÃO DIALÉTICA
<i>LUTA PELA MANUTENÇÃO DA ORDEM</i>	<i>LUTA PELA MUDANÇA OU TRANSFORMAÇÃO SOCIAL</i>
MANUTENÇÃO DO STATUS QUO	TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE

Adaptado das concepções de Albuquerque (1986); Matus (1993); Testa (1997, 2004); G. Campos (2000); Foucault (2003); Bobbio (2005); Freire (1979, 1987, 1996) e Freire e Shor (1986).

Para nós, o universo dos sujeitos é resultante de intervenções pedagógicas sobre os indivíduos, os grupos e a sociedade. Concordamos com G. Campos (2000) quando discute que a constituição do sujeito é um misto de sujeito do gozo com sujeito do prazer, pois o que está em jogo é a luta pela vida, e nessa luta os sujeitos atuam movidos pelo seu gozo e pelo seu prazer, seja no sentido individual ou coletivo. Concordamos com ele



também quando, discutindo a co-produção de sujeitos e coletivos, identifica as dimensões interna e externa como determinantes da formação do compromisso; da elaboração e gestão de contratos e de projetos; e da transformação da práxis.

A construção pedagógica dos sujeitos é uma resposta epistemológica que pretendemos dar. Uma contribuição através de um modelo de análise que aproxime o sujeito da prática e da pedagogia.

Para isto, partimos da concepção que pedagogias alienantes se constituem no objeto das estruturas e superestruturas conservadoras, que, utilizando-se dos recursos da força, do silenciamento, da prescrição e do poder, operados pelos sujeitos da alienação e da opressão, produzem sujeitos alienados, cuja totalidade concreta de sua vida é a luta pela manutenção da ordem. Em contraposição, pedagogias libertárias se constituem no objeto das estruturas revolucionárias, que se utilizam dos recursos da técnica e da prática social para superar a contradição opressor-oprimido, isto é, para produzir sujeitos livres, cujos objetivos de vida se resumem na transformação da realidade.

Os sujeitos da alienação e sua concepção de vida antidialética produzem, através de sua ação dominadora e de sua pedagogia, o sujeito alienado. Os sujeitos da práxis – da libertação – produzem, por conseguinte, sujeitos livres, através da sua ação libertadora e sua concepção de vida dialética. O primeiro trabalha com a lógica da hegemonia e o segundo com a lógica da contra-hegemonia e da anti-hegemonia, corroborando com o explicitado por Gramsci (1991), que identifica a relação entre o sujeito e a práxis como complexa.

No campo da Saúde Coletiva, a testificação da abordagem pedagógica como fundamental na determinação do sujeito nos permite intuir que o planejamento em saúde pode se dar em duas subdimensões analíticas: a relacionada à manutenção do *status quo*, como resposta à pedagogia da alienação; e a relacionada à transformação social, como resposta à pedagogia da libertação e da transformação. Neste sentido partiremos agora para o último movimento analítico concreto – o estudo das subdimensões do planejamento em saúde no Brasil (1990-2010) com base na questão do sujeito e sua relação com a práxis na luta pela defesa da vida.

PLANEJAMENTO PARA A MANUTENÇÃO DA ORDEM: A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO ALIENADO A PARTIR DA AÇÃO DOMINADORA DO SUJEITO DA OPRESSÃO

Minayo (2001) nos convida a uma reflexão importante acerca da finalidade do trabalho no campo da saúde:

No trato dos enfermos, o campo da saúde sempre se importou mais com a lógica da enfermidade que com os sujeitos. Também nas organizações dos serviços de saúde, no seu planejamento e avaliação, a ênfase tem sido muito maior nos métodos que conferem relevâncias às relações entre funções, papéis e relações técnicas. Ainda quando o planejamento estratégico é incluído no campo organizacional, seus objetivos são preferencialmente voltados para perceber a vontade dos diferentes atores, a fim de confrontá-los e dominá-los, mostrando a prática autoritária da organização da saúde coletiva. (MINAYO, 2001)

Ao afirmar que o campo da saúde se preocupou mais com a lógica da enfermidade que com os sujeitos, a autora demonstra que, na sua concepção, o foco da ação em saúde tem sido a doença. Ao dizer que o processo de constituição e acompanhamento dos serviços de saúde dá ênfase a funções, papéis e relações técnicas, explicita que o mais importante para muitos daqueles que pensam a saúde é desenvolver técnicas para sistematizar as atividades das pessoas com o objetivo do combate à enfermidade. Quando trata do planejamento estratégico, a autora também identifica que, em que pesem os movimentos de interação com os atores sociais, o foco no jogo é, muitas vezes, a dominação do adversário, configurando uma competição que dificulta a possibilidade de interações subjetivas.

Iniciamos, então, sob o olhar dessas considerações, o movimento de aproximação com a subdimensão do planejamento como instrumento para a manutenção da ordem, entendendo que, no contexto científico, não existem verdades absolutas. Procuramos discorrer acerca das impressões que tivemos no tocante à posição dos sujeitos ante o planejamento, principalmente nos últimos vinte anos. Temos consciência que o tema não se esgotará com esta análise, haja vista a sua complexidade epistemológica e sua diversidade de interpretações possíveis.



De fato, o que vivenciamos, na prática, é uma desarticulação teórico-prática, que se revela como resultado de um “casamento” entre as ideologias totalizantes e as práticas transformadoras, culminando num conflito, cuja tradução objetiva é identificada no termo freiriano da **“contradição estabilidade-mudança”**: um polissêmico que sintetiza dialeticamente as lutas no campo da hegemonia e da contra-hegemonia.

Freire (1979), Freire e Shor (1986), ao discutir os conceitos de sociedade, estabelece que, nas sociedades fechadas, os sujeitos são relegados à categoria de “massa”, dominada pelas elites, que prescreve suas determinações conforme suas práticas predatórias, a partir de estruturas rígidas e autoritárias, que corroboram com a ideia de dicotomia do trabalho e da atividade intelectual. Para essas sociedades, segundo o autor, se constitui a sociedade-sujeito, detentora da capacidade de decisão, e a sociedade-objeto, dominada, periférica e não reflexiva. Trata-se de uma sociedade alienada, resultante da falta de consciência e de autenticidade; da vergonha de se encarar a realidade e de se assumir; do desconhecimento de si mesmo e da importação de soluções para atacar problemas nativos.

As sociedades alienadas são um campo fértil para a disseminação das ideologias totalizantes e dos ideais conservadores, pois os sujeitos que a compõem não se incluem no processo de discussão social, ocultando-se na sua dimensão simbólica por traz da ideologia dominante em decorrência do medo ao enfrentamento da alienação. É nelas que se estabelece a contradição estabilidade-mudança, identificada por Freire (1979) como o processo permanente de luta da hegemonia para se manter. De fato, é nessas sociedades que se instituem os processos antimudança: movimentos de manutenção da ordem, motivados pelo medo da contestação à ordem instituída.

Uma sociedade alienada é o mundo da vida dos sujeitos alienados: produtos da pedagogia da alienação; produtos da ação dos sujeitos da opressão. São o resultado concreto da ação de práticas pedagógicas totalizadoras, pautadas na educação bancária, cujos princípios apontam para a subserviência, subsapiência, submissão e disciplina.

O planejamento, como instrumento de manutenção da ordem com a produção de sujeitos alienados, tem o objetivo concreto de responder a

uma totalidade concreta cuja luta pela vida se assenta na manutenção do *status quo*, pois tem como pano de fundo a utilização dos recursos da força, do silenciamento, da prescrição e do poder.

Tratar dessas questões no campo da Saúde Coletiva é como manipular uma colmeia: um exercício perigoso e doce. É nesse campo que se revelam as mais doces surpresas e as mais perigosas constatações.

Gallo (1995) constatou que o planejamento, na forma como concebido, distanciava-se da práxis e se instituía como um instrumento de conservação da ordem social, sendo, conseqüentemente, incapaz de emancipar a sociedade e o sujeito, dada a sua racionalidade sistêmica e seu caráter intrinsecamente conservador.

Os dilemas apresentados pelo autor entre a necessidade de transformação da realidade e a conservação da ordem no tocante à operacionalização dos ideais da Reforma Sanitária no campo da saúde no Brasil, demonstram a grande contradição do planejamento para essa área. Uma contradição que se revela na dissociação entre teoria e prática – uma dissociação que, na verdade, se concretiza como uma falsa totalidade, assentada nos ideais de liberdade, porém submetida ao domínio ideológico da dominação e da alienação.

A teoria exigia dos reformistas denúncias às limitações estruturais postas pelo capitalismo e a necessidade de sua superação pela consciência sanitária, de classe, da interação. A prática omitia essa denúncia e preconizava a dialética do possível e o agir racional com respeito a fins. De fato, uma defasagem entre a teoria e a prática, que acabou por desencadear a proeminência da dimensão instrumental, construindo uma nova práxis – a práxis conservadora. (GALLO, 1995, p. 48)

Os paradoxos e antagonismos dessa realidade demonstravam para o autor, além de tudo, um antagonismo que se traduzia numa tensa e conflituosa relação entre concordâncias e divergências táticas e estratégicas, que, no bojo da reforma proposta, tinham como projeto comum a superação subjetiva da objetividade em direção a uma nova objetividade. Ou seja, as lutas pela hegemonia ideológica entre reforma e contra-reforma sanitárias instituía, no seio do planejamento em saúde, um nicho de contradições que tinha como cenário a dicotomia teoria-prática. Enquanto uns



buscavam alicerçar seus ideais na pedagogia libertadora para construir sujeitos livres, outros se utilizavam da pedagogia da alienação para construir sujeitos subordinados a suas concepções e preparados para responder sem questionar as práticas hegemônicas no contexto histórico.

O conservadorismo não assume, nesse contexto, a ideia de manutenção do *status* político, mas sim de manutenção do *status* ideológico-filosófico, que, sob os auspícios do poder, paradoxalmente contribui para a manutenção do *status quo*. As práticas hegemônicas se legitimam como práticas conservadoras *vis a vis* seus conceitos básicos utilizarem o agir racional com respeito a fins – uma concepção teleológica que, no contexto apresentado, aponta para o planejamento normativo reconstituído.

Apesar dessas perigosas constatações, as “doças surpresas” se revelam em meio aos antagonismos axiológicos. A ação normativa legitimada e a ação teleológica fazem despertar a rediscussão do sujeito – um indivíduo que, até então, se colocava e era colocado de fora do planejamento, como um ser externo, alienígena. O sujeito alienado, resultado de uma pedagogia alienante, excluía-se como sujeito do processo do planejamento, dando lugar ao instrumento. O sujeito amorfo, coletivizado, impessoal, se traduzia como resultado da pedagogia alienante, cuja concepção antidialética refletia o que Freire²⁴ refutava em seus trabalhos e discussões: o silenciamento e o apagamento ideológico, filosófico e processual de construção de uma identidade pedagógica.

O silenciamento é a negação do diálogo. O apagamento ideológico e filosófico é a negação da autonomia e da liberdade. O apagamento processual é a negação da história. Sem diálogo, sem autonomia, sem liberdade e sem história não há sujeito, sim, um produto amorfo de intencionalidades, cuja expressão de existência é a alienação.

Ao identificarmos o planejamento em saúde conforme as concepções explicitadas no capítulo 2 – **técnica** para ‘intervir’ e ‘avaliar’ sistemas e serviços de saúde; **prática social** transformadora de sujeitos e coletivos; **subsídio** para a gestão democrática e para as mudanças; **prática estruturada** para a organização de sistemas e serviços de saúde; **método** de ação governamental para a tomada de decisões; **instrumento e atividade** do processo de gestão das organizações; **meio de intervenção** em ambientes

complexos; **meio de ação** comunicativa; **mediação** entre a instrumentalidade e a subjetividade – estamos trabalhando com a perspectiva de construção de um novo sujeito para o planejamento: livre, (des)alienado, autônomo, capaz de reagir ante o *status quo* e propor um processo de mudança que supere a ação dominadora do sujeito da opressão.

Aí está a “doce descoberta”!

No campo da Saúde Coletiva, o sujeito passou a expressar sua indignação com a sua situação de alienação. Passou a gritar por um planejamento que o incluísse como parte integrante e intrínseca, como partícipe, como membro do todo a ser planejado. Conforme foi explicitado por Teixeira (1999): um planejamento que articule a dimensão da teoria, da prática numa única totalidade – a totalidade fundamental do ser humano.

PLANEJAMENTO PARA A MUDANÇA OU TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO LIVRE A PARTIR DA AÇÃO LIBERTÁRIA DO SUJEITO DA PRÁXIS

No vácuo da “doce descoberta” explicitada na seção anterior, assumimos a última subdimensão de análise desse capítulo, tratando a questão do sujeito a partir de uma visão mais transformadora da sociedade.

Para dissertar sobre o universo da transformação social, faremos uma recapitulação das concepções já apresentadas nesse capítulo, resgatando a discussão de Freire (1879, 1987, 1996), Freire e Shor (1986), G. Campos (1992, 1994, 2000) e Minayo (2001). Por fim, trabalharemos com Teixeira (1999) e com R. Campos (2003), com a explicitação daquilo que apreendemos como enfoques do planejamento para a transformação da realidade, finalizando a análise.

Paulo Freire, em seus trabalhos acerca de uma nova pedagogia, nos permite encontrar um universo diferenciado de saberes que nos possibilitam alcançar níveis de liberdade que demonstram o poder transformador de suas palavras.

Em seu livro *Educação e mudança*, Freire discute que o processo de mudança da sociedade é um compromisso dos sujeitos da práxis, denominados trabalhadores sociais. Para ele, os homens-mundo libertam-se



da alienação quando se tornam capazes de compreender suas realidades, identificando na sua própria ação, objetiva no tempo, as possibilidades de estabelecer novas circunstâncias. Esse homem-história, também identificado como homem-realidade, relaciona-se com sua sociedade através de sua consciência crítica e promove uma sucessão de mudanças, que culminam por movimentar o cosmos na direção da transformação. Os trabalhadores sociais, comprometidos com o processo de mudança, posicionam-se no jogo dialético mudança-estabilidade para superar a contradição estabilidade-mudança.

Queremos dizer que, na luta pela vida travada na busca da hegemonia, os sujeitos da transformação estabelecem diferenciais na sua ação, que lhes permitem inverter a relação dominação/subordinação, passando a liderar um processo reacionário que tem como objetivo alterar as estruturas sociais e estabelecer uma nova ordem – a transformação social.

Como diria Freire (1979): o objetivo da ação da mudança é a superação de uma totalidade por outra, em que a nova não continue apresentando a contradição estabilidade-mudança, que constitui a duração da estrutura social e também o histórico-cultural. A estrutura social é uma totalidade porque é constituída por partes que se interagem entre si na dimensão histórica da sociedade.

Trabalhadores sociais são sujeitos de transformação social. Portanto são responsáveis pela (des)alienação e pela autonomização dos outros sujeitos. São sujeitos livres, que atuam nos serviços de sua liberdade para construir liberdades. Atuam com sua totalidade subjetiva e histórica para construir um ideal libertário capaz de intervir sobre a realidade subjetiva do outro e fazê-lo ressurgir, desvelando-se, despindo-se da couraça da alienação.

Nessa visão, G. Campos (2000) apresentou-nos o “método da roda” como uma possibilidade de intervenção sobre os trabalhadores sociais, por ele denominados como “sujeito-da-práxis misturado ao sujeito do gozo e ao sujeito do prazer” – uma construção semântica que sintetiza todas as dimensões de um sujeito na sua totalidade concreta: uma práxis; um contentamento; um prazer.

Esse autor, apesar de desenvolver suas considerações no campo das discussões sobre o trabalho, não perde de vista que o sujeito é um ser que está no mundo, que vive no mundo e que vive do mundo. Um ser que, apesar de sua dimensão biológica, também é subjetividade; que apesar da sua subjetividade também é relação; que apesar de ser relação também é luta; que apesar de ser luta também é consenso e dissenso, e, como tal se comporta para estabelecer o equilíbrio de suas relações para co-produzir necessidades.

Minayo (2001), ao discorrer sobre o sujeito como estrutura epistemológica, passeia pela história reconhecendo a intrínseca relação existente entre esse sujeito e as estruturas da sociedade. E mais, chega até a propor um sujeito coletivo, que, na sua dimensão epistemológica, se desprende do campo biológico e transcende ao campo estrutural, construindo o “sujeito-coletivo-da-saúde”: a sociedade perpassada por conflitos de interesses sociais e políticos, e pelos núcleos de consenso e de identificação.

No campo da Saúde Coletiva, o desenvolvimento daquilo que podemos chamar “discussão do sujeito da transformação no planejamento” perpassa a discussão dos enfoques contra-hegemônicos e anti-hegemônicos que se estabeleceram como marcos na história. Uma abordagem que resgata o ponto de partida do nosso caminhar – a questão do planejamento enquanto uma possibilidade a ser construída.

Um retorno à história, porém vivenciada a partir de uma práxis. Para recontar. Re-significar. De certa forma, resgatar os enfoques num movimento responsável de reconstrução, respeitando as particularidades sem deixar de expor as fragilidades, os limites e as potencialidades. Um movimento que nos remete aos trabalhos de Teixeira (1999) e de R. Campos (2003), sujeitos que, no nosso entendimento, abraçaram a causa da interpretação do planejamento, ainda que com enfoques diferenciados; e avançaram para a explicação com uma totalidade que, somente por meio dos recursos da hermenêutica, se consegue alcançar.

Esse encontro hermenêutico tem como explicitado por Santos²⁶ e analisado por Teixeira (1996, p. 59):



Uma perspectiva de transformar o distante em próximo, o estranho em familiar [...] orientada pelo desejo de diálogo com o objeto da reflexão para que ele nos fale, numa língua não necessariamente nossa, mas que seja compreensível, e nessa medida se nos torne relevante, nos enriqueça e contribua para aprofundar a auto-compreensão do nosso papel na construção da sociedade, ou, na expressão tão cara à hermenêutica, do mundo da vida.

Teixeira (1996), em sua tese de doutoramento, discutiu as contribuições da Epidemiologia para o campo do planejamento em saúde, trabalhando as dimensões do sujeito e da prática que, num contexto articulado, estabelecem o que ela denominou “invenção do futuro”. Sua caminhada teve como ponto de partida a discussão histórica, identificando concepções, métodos e técnicas que, no âmbito das propostas metodológicas do planejamento em saúde desenvolvidas, possibilitassem contribuir para a redefinição das práticas para a reorientação da gestão e da organização social na saúde. Essas práticas, consideradas como sociais e históricas.

Discutiu também o lugar da Epidemiologia nas propostas metodológicas do planejamento e programação em saúde, respeitando os posicionamentos dos sujeitos, os tempos históricos e os contextos nos quais se desenvolveram os elementos epidemiológicos da planificação. E apresentou perspectivas teórico-metodológicas para a articulação entre a epidemiologia e o planejamento, partindo do princípio que as mesmas contribuiriam para o aperfeiçoamento e redefinição das práticas de planejamento e programação em saúde, conduzindo o debate à constatação da necessidade da compreensão das representações sociais do processo saúde-doença e da descoberta de novos “modos de andar a vida” (TESTA, 2004) como condicionante e determinante dessa conflituosa relação.

R. Campos (2003), ao situar o planejamento no labirinto, em sua tese de doutoramento, também busca estabelecer uma conexão entre o sujeito e a prática no campo do planejamento em saúde. Se utiliza de metáforas mitológicas para aproximar a práxis da clínica à práxis do planejamento, compreendendo que as mudanças nos serviços de saúde serão implementadas a partir da aproximação teórico-prática entre o planejamento e a clínica. Ainda que, na prática, a autora mostre a existência de certo mal-estar que submete esse esforço social de aproximação ao *status* de sofrimento.

E os sujeitos, continuam percorrendo caminhos já trilhados, repetindo rituais esvaziados de sentido, fazendo consultas que não resolvem nada, planos que nunca se concretizam, vivendo conflitos institucionais que sempre se repetem... Sem barbante, sem armas, sozinhos, sem nos falar entre nós, sem conseguir escutar o outro, percorrendo a estrada que nos mandaram. (CAMPOS, R., 2003)

De fato, aproximar o planejamento da clínica ou da epidemiologia como movimentos de mudança da práxis são ações que não se esgotam e que remontam a relação entre os sujeitos e a sociedade. Se pretendermos desenvolver práticas transformadoras, atuando como sujeitos da transformação social, não podemos perder de vista as dimensões do saber ser, do saber fazer e do saber como, já discutidas amiúde nos primeiros capítulos deste livro.

A práxis e o sujeito formam uma única totalidade na história, ainda que se apresentem com singularidades e pluralidades. Os enfoques do planejamento em saúde reforçam essa ideia de totalidade, porque demonstram que a relação sujeito/práxis se revela num encontro entre as dimensões macropolítica e micropolítica da sociedade concreta. Assim, transformar a realidade, como objeto primordial do planejamento em saúde é uma ação de sujeitos livres, que atuam na dimensão da práxis com a autonomia que lhes é conferida pela sua postura pedagógica libertadora, expressando uma autoridade construída através das lutas contra-hegemônicas.

Para os autores (SANTOS, 2003; TEIXEIRA, 1996, 2003) que defendem esta perspectiva, os sujeitos do planejamento são todos aqueles que fazem parte do contexto a ser planejado. Eles se relacionam por meio de práticas educativas e de interações que extrapolam os conhecimentos do campo da saúde. Comunicam-se através de diálogos interativos, constituídos nos momentos do planejamento, que refletem a sua atitude pedagógica enquanto sujeito a serviço da libertação. De fato, mediante as outras perspectivas, pode-se afirmar que essa é a que mais se aproxima do que poderíamos chamar de “Planejamento para a Liberdade” – uma abordagem centrada no sujeito livre em ação para a transformação da realidade.

O sujeito coletivo da saúde – a sociedade – só pode se libertar do julgo e da servidão à alienação se considerar os sujeitos da práxis como



fundantes e instituintes do seu processo de transformação. Sem essa compreensão, a luta pela vida se evadirá na direção da manutenção do *status quo*, afastando as possibilidades libertadoras da sua atuação pedagógica.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. G. *Instituição e poder: a análise concreta das relações de poder nas instituições*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

ASSIS, M. M. A. *As formas de produção dos serviços de saúde: o público e o privado*. 1998. 313 p. Tese (doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

BOBBIO, N. *Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política*. 12. ed. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.

CAMPOS, G. W. S. *Um método para análise e co-gestão de coletivos*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. *Reforma da reforma: repensando a saúde*. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____; MERHY, E. E.; NUNES, E. D. *Planejamento sem normas*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

CAMPOS, R. T. O. *O planejamento no labirinto: uma viagem hermenêutica*. São Paulo: Hucitec, 2003.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Tradução de Guy Reynald. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 18. ed. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____; SHOR, I. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. 10. ed. Tradução Adriana Lopes, revisão técnica Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GADOTTI, M. *Pedagogia da Práxis*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GALLO, E. *Razão e planejamento: reflexões sobre política, estratégia e liberdade*. São Paulo: Abrasco, 1995.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 9. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

- MATUS, C. *Política, planejamento e governo*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MERHY, E. E. O conhecer militante do sujeito implicado: o desafio de reconhecê-lo como saber válido. In: FRANCO, T. B. et al. (Org.). *Acolher chapecó: uma experiência de mudança do modelo assistencial, com base no processo de trabalho*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MINAYO, M. C. Estrutura e sujeito, determinismo e protagonismo histórico: uma reflexão sobre a práxis da saúde coletiva. *Ci. Saúde Col.*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 7-19, 2001.
- MISOCZKY, M. C. *O campo da Atenção à Saúde após a Constituição de 1988: uma narrativa de sua produção social*. Porto Alegre: Dacasa, 2002.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- TEIXEIRA, C. F. Epidemiologia e planejamento em saúde. *Ci. Saúde Col.*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 287-303, 1999.
- _____. *Epidemiologia e planejamento em saúde: contribuição ao estudo da prática epidemiológica no Brasil: 1990-1995*. 1996. 273 f. Tese (Doutoramento em Saúde Pública) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- TESTA, M. *Pensar en salud*. 3. ed. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2004.
- _____. *Saber en salud: la construcción del conocimiento*. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1997.

